



PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESPÍRITO SANTO

EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO NA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESPÍRITO SANTO

2010

INSTRUÇÕES:

- 1** – As respostas devem ser consignadas com caneta azul ou preta no cartão de respostas anexo, cobrindo toda a letra da opção.
- 2** – A rasura na resposta ou a marcação de mais de uma alternativa importará anulação da questão.
- 3** – Não será permitida a troca do cartão de respostas, depois de preenchido, para a correção de eventuais equívocos.
- 4** – Só serão consideradas as respostas dadas no cartão de resposta.
- 5** – O candidato não poderá lançar mão de qualquer tipo de consulta.
- 6** – A identificação do candidato será feita no local reservado para isso no Cartão de Resposta e na folha destinada à resposta da questão dissertativa, através do número da inscrição e da assinatura do candidato.
- 7** – A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
- 8** – A resposta da questão dissertativa deverá ser feita exclusivamente na folha destinada para esse fim, podendo ser utilizado rascunho. Não será considerado conteúdo da resposta que ultrapassar o limite de linhas constante na folha de resposta da questão dissertativa.

BOA SORTE!

DIREITO CIVIL

- 1) Quanto à personalidade jurídica das pessoas jurídicas, assinale a alternativa **CORRETA**:
- (A) A personalidade jurídica das pessoas jurídicas de Direito Público tem início com o registro.
 - (B) A personalidade jurídica das pessoas jurídicas de Direito Privado decorre da lei.
 - (C) O registro tem função constitutiva da personalidade jurídica da pessoa jurídica de Direito Privado.
 - (D) A personalidade jurídica da pessoa jurídica não pode ser desconsiderada.
- 2) Sobre a decadência, assinale a alternativa **CORRETA**:
- (A) A decadência pode ser interrompida por uma única vez.
 - (B) O prazo decadencial flui em desfavor dos incapazes.
 - (C) A decadência está relacionada ao exercício de direitos potestativos.
 - (D) A decadência não pode ser reconhecida de ofício pelo Juiz.
- 3) Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a desconsideração da personalidade jurídica, segundo o Código Civil.
- (A) deve ser utilizada sempre que não for possível o ressarcimento de prejuízos pela pessoa jurídica.
 - (B) significa dissolver a pessoa jurídica para - com o capital arrecadado - pagar os credores.
 - (C) deve ser a regra nos casos de ações de cobrança de dívidas contra pessoas jurídicas.
 - (D) significa estender - em determinados casos - os efeitos de certas obrigações da pessoa jurídica aos bens particulares dos sócios.
- 4) O titular de um direito que o exerce de modo abusivo, excedendo os limites da boa-fé ou de seu fim social, pratica um ato.
- (A) lícito, mas que pode ensejar reparação civil.
 - (B) ilícito e que pode ensejar reparação civil.
 - (C) lícito, apesar do seu abuso.
 - (D) ilícito, mas sem possibilidade de reparação civil.
- 5) Segundo as lições do direito civil, identifique o instituto assim caracterizado: É um direito futuro não diferido, cujo processo de aquisição para se completar não depende do adquirente, ou seja, o adquirente não precisa praticar nenhum ato seu para completar o processo.
- (A) expectativa de direito.
 - (B) direito eventual.
 - (C) direito a termo.
 - (D) direito potestativo.
- 6) Marque a alternativa em que **não está descrita** uma hipótese de nulidade do negócio jurídico:
- (A) negócio jurídico celebrado por uma pessoa incapaz.
 - (B) negócio jurídico que tenha como premissa a boa-fé.
 - (C) negócio jurídico que tenha como objetivo fraudar a lei.
 - (D) negócio jurídico em que não seja observada a forma prevista na lei.
- 7) Qual dos bens abaixo indicados pode ser classificado como bem móvel?
- (A) energia elétrica.
 - (B) aparelho de ar condicionado devidamente instalado.
 - (C) casa residencial.
 - (D) prédio rústico.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 8) Assinale a opção que identifica **CORRETAMENTE** as condições da ação:
- (A) Legitimidade das partes, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido.
 - (B) Partes e pedido.
 - (C) possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir.
 - (D) Partes e interesse de agir.

9) Quando se repete ação que está em curso, ocorre:

- (A) Conexão.
- (B) Litispendência.
- (C) Perempção.
- (D) Coisa julgada.

10) A pluralidade de partes no pólo passivo, possibilitada pela natureza da relação jurídica substancial, na hipótese de sentença uniforme para todos os demandados, é considerada espécie de litisconsórcio:

- (A) necessário.
- (B) facultativo.
- (C) unitário.
- (D) simples.

11) Até que momento processual poderá haver a desistência da ação pela parte autora, sem a anuência do réu?

- (A) Antes da ocorrência da citação.
- (B) Depois de decorrido o prazo para a resposta.
- (C) Após a apresentação da contestação pelo réu.
- (D) Jamais a parte autora poderá desistir sem a anuência do réu.

12) Após a publicação da sentença de mérito, o juiz só pode alterá-la de ofício:

- (A) para modificar a fundamentação.
- (B) se tiver conhecimento de fato novo.
- (C) para lhe corrigir inexatidões materiais.
- (D) para incluir condenação em honorários advocatícios.

13) Há acórdão da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, resultando do julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 92206, com a seguinte ementa:

“APELAÇÃO. CONDIÇÃO DA AÇÃO. CONHECIMENTO DE OFÍCIO. O TRIBUNAL PODE RECONHECER, DE OFÍCIO, A ILEGITIMIDADE PASSIVA.”

O entendimento apresentado no acórdão permite a seguinte conclusão:

- (A) Ao julgar o recurso de apelação interposto contra sentença, o tribunal poderá reconhecer a ilegitimidade passiva, mesmo que essa ausência de condição da ação não tenha sido alegada na contestação nem na apelação.
- (B) Ao julgar o recurso de apelação interposto contra sentença, o tribunal poderá reconhecer a ilegitimidade passiva, desde que a ausência de condição da ação tenha sido alegada na contestação.
- (C) Ao julgar o recurso de apelação interposto contra sentença, o tribunal poderá reconhecer a ilegitimidade passiva, desde que a ausência de condição da ação tenha sido alegada na apelação.
- (D) Ao julgar o recurso de apelação interposto contra sentença, o tribunal poderá reconhecer a ilegitimidade passiva, desde que a ausência de condição da ação tenha sido alegada na contestação e na apelação.

14) Assinale a assertiva **CORRETA** a respeito da coisa julgada.

- (A) Faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
- (B) A sentença que julgar total ou parcialmente a lide tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas.
- (C) Faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- (D) Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma causa, ainda que se tratando de relação jurídica continuativa, sobrevier modificação no estado de fato ou de direito.

15) Qual é o prazo para que a autoridade coatora apresente as informações no procedimento do mandado de segurança:

- (A) 30 dias.
- (B) 20 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 5 dias.

16) Assinale a assertiva **CORRETA**:

- (A) todas as execuções fiscais ajuizadas pela União devem tramitar perante a Justiça Federal.
- (B) é possível que a União promova o ajuizamento de execuções fiscais perante a Justiça Comum Estadual, a Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral.
- (C) é possível que os Municípios ajuizem execuções fiscais perante a Justiça Federal.
- (D) em alguns casos os Estados poderão ajuizar execuções fiscais perante a Justiça do Trabalho.

17) Na execução contra a Fazenda Pública, a citação é feita para:

- (A) pagar o débito.
- (B) expedir precatório.
- (C) apresentar defesa, sob pena de revelia.
- (D) embargar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

18) São princípios da Administração Pública brasileira, expressamente contemplados no *caput* do artigo 37 da CF/88, **EXCETO**:

- (A) legalidade;
- (B) impessoalidade;
- (C) eficiência;
- (D) probidade.

19) Não configura, segundo a doutrina dominante, elemento ou requisito do ato administrativo:

- (A) a forma.
- (B) o objeto.
- (C) a finalidade.
- (D) a discricionariedade.

20) São atributos do ato administrativo, **EXCETO**:

- (A) presunção de legitimidade.
- (B) definitividade.
- (C) auto-executoriedade.
- (D) coercibilidade.

21) Josué, condenado por latrocínio e estelionato, cumprindo pena em regime aberto, fugiu diversas vezes do estabelecimento prisional. Embora sempre localizado e novamente detido pelas autoridades policiais, ele não foi submetido à regressão de regime prisional. Durante a oitava fuga, Josué comete um assassinato. Tendo por base essa situação hipotética, assinale a **OPÇÃO CORRETA** acerca da responsabilidade do Estado.

- (A) Configura-se, no caso, a responsabilidade subjetiva do Estado em face do fato de Josué não ter sido submetido à regressão de regime prisional e ter cometido o crime em ocasião em que deveria estar preso.
- (B) Nesse caso, é impossível a configuração do nexo causal, pois não houve uma conduta positiva, ou seja, um agir, por parte da administração pública.
- (C) Na situação apresentada, sequer cabe discutir a responsabilização do Estado, pois o ato danoso praticado foi realizado por um particular, Josué, e, não, por um agente público.
- (D) À situação apresentada é aplicável a teoria do risco integral.

22) A assertiva de que o edital é a lei ou contrato entre as partes corresponde, no Direito Administrativo, ao princípio básico enunciado em lei sob a denominação:

- (A) julgamento objetivo.
- (B) impessoalidade.
- (C) vinculação ao instrumento convocatório.
- (D) princípio constitucional da isonomia.

23) São modalidades de licitação, **EXCETO**:

- (A) convocação.
- (B) convite.
- (C) concorrência.
- (D) concurso.

DIREITO CONSTITUCIONAL

24) São característica do Poder Constituinte Originário:

- (A) inicialidade, condicionalidade e limitação.
- (B) derivação, incondicionalidade e ilimitação.
- (C) derivação, condicionalidade e limitação.
- (D) inicialidade, incondicionalidade e ilimitação.

25) O art. 2º da CRFB, dispõe que: “São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Marque a alternativa que consagra o princípio decorrente deste artigo.

- (A) Princípio Federativo.
- (B) Princípio da Separação e Independência entre os Poderes.
- (C) Princípio Republicano.
- (D) Princípio do Estado Democrático de Direito.

26) Os princípios da Administração Pública estabelecidos expressamente na Constituição Federal são:

- (A) eficiência, razoabilidade, objetividade, indisponibilidade e finalidade.
- (B) capacidade, pessoalidade, razoabilidade, finalidade e publicidade.
- (C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) moralidade, eficiência, razoabilidade, autotutela e disponibilidade.

27) A exigência constitucional de provimento de concurso público dos cargos efetivos tem seu fundamento doutrinário básico no princípio da:

- (A) publicidade.
- (B) isonomia.
- (C) anterioridade.
- (D) proporcionalidade.

28) Marque a alternativa que **NÃO** corresponde a uma hipótese de competência legislativa privativa da União:

- (A) direito penal.
- (B) direito tributário.
- (C) direito civil.
- (D) direito processual.

29) O processo legislativo compreende a elaboração de:

- (A) emendas à constituição.
- (B) portarias.
- (C) decretos administrativos.
- (D) memorandos.

30) São legitimados para exercer o controle concentrado de constitucionalidade, através da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade, **EXCETO**:

- (A) o Presidente da República.
- (B) a mesa do Senado Federal.
- (C) a mesa da Câmara Municipal.
- (D) partido político com representação no Congresso Nacional.

31) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A execução de dívida ativa da união é feita pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

- (B) A advocacia-Geral da União tem por Chefe o Advogado-Geral da União.
- (C) A Advocacia-Geral da União representa a União judicialmente e extrajudicialmente.
- (D) O ingresso nas carreiras iniciais da Advocacia-Geral da União far-se-á mediante processo seletivo simplificado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 32)** Marque a alternativa que **NÃO** é uma das espécies tributárias:
- (A) imposto.
 - (B) taxa.
 - (C) contribuição de melhoria.
 - (D) tarifa.
- 33)** Para a definição de tributo, fato gerador, base de cálculo e de contribuinte, no atual Sistema Tributário Nacional, é necessário ter-se:
- (A) Decreto Legislativo.
 - (B) Lei Delegada.
 - (C) Lei Complementar.
 - (D) Resolução do Senado Federal.
- 34)** A espécie tributária cujos fatos geradores não se vinculam a qualquer prestação específica por parte do Estado, destinando-se, em regra, a remunerar as necessidades globais do serviço público indivisível é o(a):
- (A) imposto.
 - (B) empréstimo compulsório.
 - (C) taxa.
 - (D) contribuição social.
- 35)** "Situação definida em lei como necessária e suficiente para sua ocorrência", é definição de:
- (A) Base de cálculo.
 - (B) Fato gerador da obrigação principal.
 - (C) Obrigação tributária.
 - (D) Crédito tributário.
- 36)** O esclarecimento do significado de uma lei tributária por outra posterior configura a chamada interpretação:
- (A) ontológica.
 - (B) científica.
 - (C) autêntica.
 - (D) integrada.
- 37)** Assinale a opção em que todos os tributos são de competência da União.
- (A) Imposto de renda, Imposto de Importação e Imposto de Exportação.
 - (B) IPVA e ICMS.
 - (C) IPTU.
 - (D) ISS.
- 38)** **NÃO** será expedida a certidão positiva de débitos com efeitos de negativa quando.
- (A) os débitos estiverem incluídos no parcelamento.
 - (B) os débitos forem objeto de execução fiscal na qual foi apresentada apenas exceção de pré-executividade.
 - (C) o contribuinte tiver efetuado o depósito do montante integral dos débitos.
 - (D) o auto de infração que constituiu o crédito tributário for impugnado pelo contribuinte, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

39) Com relação aos embargos de declaração na justiça do trabalho, assinale a **OPÇÃO CORRETA**.

- (A) Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.
- (B) O embargo de declaração não está previsto taxativamente na CLT, razão pela qual se aplicam, subsidiariamente, as normas do CPC.
- (C) O prazo para a oposição de embargos de declaração é de oito dias, a contar da data da sentença ou do acórdão.
- (D) Não é passível de nulidade decisão que acolhe embargo de declaração com efeito modificativo tomada sem que a parte contrária tenha se manifestado.

40) Qual é o prazo que possui a Fazenda Pública para interposição de um Recurso Ordinário na Justiça do Trabalho?

- (A) 8.
- (B) 15.
- (C) 30.
- (D) 16.